

TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS: ENTREVISTA COM HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO SOBRE O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SAESP

Theories, methodologies and practices: interview with Heloísa Liberalli Bellotto about the São Paulo State Archives System – SAESP.

Maria Elisa Pereira | Historiadora e Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Executivo Público do Núcleo de Normas Técnicas do Arquivo Público do Estado.
E-mail: mariaelisa@sp.gov.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9010184831074185>

RESUMO

Este texto apresenta a transcrição de um depoimento de Heloísa Liberalli Bellotto, realizado em 2014, sobre a importância do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Bellotto também discorreu sobre diversos tópicos da Arquivologia.

PALAVRAS-CHAVE: Heloísa Liberalli Bellotto. Arquivo Público do Estado (SP). Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Arquivologia.

ABSTRACT

This text presents the transcription of a statement by Heloísa Liberalli Bellotto, held in 2014, about the importance of the São Paulo State Archives System – SAESP. Bellotto also spoke about various topics in Archival Science.

KEYWORDS: Heloísa Liberalli Bellotto. State Public Archives (SP). São Paulo State Archives System – SAESP. Archival Science.

“Eu acho que o SAESP, atuando no Continuum, [...] é uma prova de que existe esse Continuum e que as Três Idades não são compartimentadas.”
(Heloísa Liberalli Bellotto, 1935-2023)

INTRODUÇÃO

Heloísa Liberalli Bellotto, em um artigo no qual delimitou as fronteiras entre centros de documentação, bibliotecas e arquivos (BELLOTTO, 1984), foi apresentada como sendo Historiadora, Bibliotecária e Arquivista. Bellotto transitou livremente por essas áreas do conhecimento, tendo sido uma professora generosa, uma pesquisadora dedicada e uma escritora de obras de referência, como o clássico *Arquivos permanentes: tratamento documental* (BELLOTTO, 1991). Bellotto colaborou na estruturação de cursos de graduação e de pós-graduação em Arquivologia, organizou congressos, participou de associações de arquivistas, recebeu vários prêmios e atuou em renomadas instituições nacionais e internacionais.¹

¹ Bellotto colaborou, entre outras instituições brasileiras, com a Universidade de São Paulo – USP, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, a Universidade de Brasília - UnB e o Ministério da Cultura. No exterior, destacam-se suas experiências junto à Universidad Internacional de Andalucía – UNIA, Espanha, e ao Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Portugal. Seu Currículo Lattes (ver em: <http://lattes.cnpq.br/0520024683403735>) revela boa parte de sua intensa produção intelectual. Ver também Bellotto, 2018.

Bellotto colaborou, durante décadas, com diversas atividades do Arquivo Público do Estado, relacionadas tanto às questões de arquivos permanentes quanto às de gestão documental.² Muitas das conquistas do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP contaram com sua contribuição essencial. Durante a primeira fase do SAESP (década de 1980),³ Bellotto participou do grupo de estudos que possibilitou a publicação do Decreto Estadual n. 22.789, de 19 de outubro de 1984⁴, que instituiu o SAESP, e, em seguida, da Comissão Estadual de Arquivo, que o assessorava. Após sua instalação inicial, a equipe do SAESP realizou uma grande pesquisa, que resultou no **Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo** (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 1987). Depois da publicação do Decreto Estadual n. 29.838, de 18 de abril de 1989,⁵ que dispôs sobre a constituição de Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo – CADA nas Secretarias de Estado,⁶ o SAESP permaneceu praticamente desativado durante muitos anos.

O início da segunda fase do SAESP, em julho de 1997, foi marcado pelas oficinas do *Projeto Como Fazer* e impulsionado pelo projeto *Um Sistema de Gestão Documental para a Administração Pública do Estado de São Paulo*, aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Heloísa Bellotto participou ativamente dessas duas atividades.

O Arquivo Público do Estado foi parceiro da Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP⁷ por quase uma década, visando a promoção, em suas instalações, das oficinas do *Projeto Como Fazer* (1999-2008), para o desenvolvimento de habilidades dos profissionais de arquivo. Bellotto, que foi sócia-fundadora da ARQ-SP em 1998, participou da programação do projeto e ministrou muitas oficinas sobre *Ação Educativa em Arquivos* e sobre *Análise Diplomática e Tipológica*. A *Coleção Como Fazer*, publicada pelo Arquivo Público do Estado, contém dez manuais; um deles, de autoria de Bellotto (2002), é: *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*.⁸

O projeto *Um Sistema de Gestão Documental para a Administração Pública do Estado de São Paulo* (1999-2002) possibilitou que a administração estadual passasse a conhecer seus próprios documentos mediante, inicialmente, a elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio e, posteriormente, dos Planos e Tabelas das Atividades-Fim. A pesquisa FAPESP contou com a coordenação da professora Ana Maria de Almeida Camargo e com a consultoria dos professores Heloísa Liberalli Bellotto, Johanna Wilhelmina Smit, Marcelo Breganhola e Maria Lúcia Bertato. A equipe do Arquivo Público do Estado era composta essencialmente por Ieda Pimenta Bernardes, diretora técnica do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – DGSAESP, Camila Brandi de Souza, Eliana Martinelli e Hilda Delatorre.⁹

Terminada a pesquisa FAPESP a equipe do SAESP sistematizou as informações obtidas junto aos órgãos estaduais, preparou as bases teóricas e metodológicas para a aplicação das regras arquivísticas e redigiu dois

² De acordo com o art. 1º do Decreto Estadual n. 54.276, de 27 de abril de 2009 (ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54276-27.04.2009.html>), cabe ao Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, formular e implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, da preservação e da difusão do patrimônio documental do Estado, garantindo o pleno acesso à informação. Atualmente, o SAESP comporta mais de 90 órgãos e entidades paulistas.

³ A época dos estudos preparatórios e da instalação inicial do SAESP, o Arquivo Público do Estado foi dirigido por Ady Siqueira de Noronha e Inês Etienne Romeu, enquanto José Sebastião Witter exercia a Supervisão da instituição.

⁴ Decreto Estadual n. 22.789/1984, assinado na véspera do Dia do Arquivista, e publicado no dia 20 de outubro. Ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>

⁵ Decreto Estadual n. 29.838/1989, ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29838-18.04.1989.html>

⁶ Desde a publicação do Decreto Estadual n. 58.052, de 16 de maio de 2012 (ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58052-16.05.2012.html>), que regulamentou no estado de São Paulo a Lei de Acesso à Informação – LAI, *Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011* (ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm), as Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo – CADA passaram a ser denominadas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA.

⁷ Ver o site da ARQ-SP em: <https://arqsp.org.br/>

⁸ Ver em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/como_fazer_analise_diplomatica_e_analise_tipologica_de_documento_de_arquivo.pdf

⁹ Nas páginas iniciais do livro *Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2019, ver em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/1_reimpressao_da_2_edicao_-_plano_de_classificacao_e_tabela_de_temporalidade_de_documentos_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo_atividades_meio.pdf), encontra-se, em detalhes, o processo de construção desses instrumentos de Gestão documental. Nelas estão também os nomes de todas as pessoas que colaboraram com o projeto. A construção do Plano e da Tabela-Meio estaduais, fundamentais para a unidade do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, também pode ser conferida em Bernardes, 2016.

atos legais: o Decreto Estadual n. 48.897, de 27 de agosto de 2004¹⁰, que dispôs sobre os arquivos públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e as Tabelas de Temporalidade, e definiu normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo; e o Decreto Estadual n. 48.898, de 27 de agosto 2004¹¹, que aprovou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio¹². A partir de então esses instrumentos de gestão documental puderam ser utilizados por todo o Executivo paulista, permitindo o início da classificação dos documentos da área meio, a avaliação da massa documental acumulada, a publicação de Editais de Eliminação e a elaboração de Tabelas-Fim dos órgãos e entidades.¹³

O livro *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2019), editado inicialmente em 2005, foi distribuído a partir de então para todos os setores de Protocolo e Arquivo estaduais. A metodologia do SAESP para a elaboração e aplicação da Tabela Meio passou a ser apresentada em Congressos e Simpósios, e Bellotto foi uma de suas principais divulgadoras.

Em 2014 o Arquivo Público do Estado deu início às atividades para realizar o documentário *Arquivos e Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (1984-2014)* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2015).¹⁴ Além de vasta pesquisa documental, foram colhidos alguns depoimentos para serem inseridos nesse vídeo institucional em comemoração aos 30 anos SAESP.¹⁵ As entrevistas, por sua vez, geraram obras audiovisuais específicas, entre elas a realizada com Bellotto, gravada em 12 de agosto de 2014 no Auditório do Arquivo Público do Estado.



Testes de luz e de som para a entrevista com Heloisa Liberalli Bellotto sobre o SAESP

¹⁰ Decreto 48.897/2004, ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>

¹¹ Decreto 48.898/2004, ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48898-27.08.2004.html>

¹² O Decreto Estadual n. 63.382, de 09 de maio de 2018 (ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63382-09.05.2018.html>) substituiu, atualizando, os anexos do Decreto Estadual n. 48.898/2004: o Índice Permutado e Remissivo, o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio.

¹³ Os instrumentos de Gestão Documental construídos pelo SAESP, apesar de respaldarem-se nas diversas estruturas dos órgãos setoriais do SAESP, são do tipo funcional, classificando os documentos de arquivo de acordo com a função, a subfunção e a atividade responsável por sua produção ou acumulação.

¹⁴ O documentário *Arquivos e Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (1984-2014)* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2015, ver em: https://www.youtube.com/watch?v=JmQHsfZ_1k), é uma realização da Secretaria de Governo / Arquivo Público do Estado / Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – DGS/AESP, com produção de AP Produções e Imagens, Ieda Pimenta Bernardes, Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius e João Daniel Borges, com pesquisa de Maria Elisa Pereira e roteiro de Ieda Pimenta Bernardes, Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius, João Daniel Borges e Maria Elisa Pereira. As entrevistadoras foram Maria Elisa Pereira e Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius. Ver também Bernardes, 2017.

¹⁵ A equipe do DGS/AESP entrevistou Ana Maria de Almeida Camargo, Camila Brandi de Souza Bentes, Daise Aparecida Oliveira, Eliana Martinelli Avagliano, Heloisa Liberalli Bellotto, Hilda Delatorre, Ieda Pimenta Bernardes, Izaias José de Santana, Jaqueline Mara Lorenzetti Martinelli, Marcelo Breganhola, Marcelo Henrique de Assis, Neire do Rossio Martins e Sérgio Billotta. Estes depoimentos serão disponibilizados oportunamente pelo Arquivo Público do Estado. José Sebastião Witter faleceu um mês antes do início desses trabalhos; porém, para o documentário foram utilizados os registros de uma entrevista realizada em maio de 2014 no Circolo Italiano “Leonardo da Vinci”, em Jacareí – SP.



Heloisa Liberali Bellotto e Mario Elisa Pereira na preparação da entrevista sobre o SAESP



Equipe de gravação da entrevista com Heloisa Liberali Bellotto sobre o SAESP

Em 2015, entre outras atividades junto ao Arquivo Público do Estado,¹⁶ Bellotto participou da exibição oficial do documentário *Arquivos e Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (1984-2014)* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2015), realizada em 19 de outubro, em comemoração ao aniversário do SAESP. Essa sessão especial no Auditório do Arquivo Público do Estado foi um evento paralelo ao *XI Congresso de Arquivologia do Mercosul – Arquivos, entre tradição e modernidade – XI CAM*.¹⁷ Além de Bellotto e dos demais entrevistados, estiveram presentes autoridades, funcionários do Arquivo Público do

¹⁶ Em 2015, em função da exposição *Em nome d'El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)*, (ver em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_morgado/index.php), Bellotto palestrou sobre *O governo do Morgado de Mateus e os contornos da restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775)* (ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rrb6j2UjOo>) e sobre *O itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate*. (ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=jdN6hMGlmyY>). A pesquisa sobre D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que governou São Paulo entre 1765 e 1775, ocupou boa parte da vida acadêmica de Bellotto.

¹⁷ A Associação de Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP promoveu o *XI Congresso de Arquivologia do MERCOSUL – Arquivos, entre tradição e modernidade* (ver em: http://www.xicam.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=226) na sede da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (APCD), situada em frente ao Arquivo Público do Estado, em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, Brasil, entre os dias 19 e 22 de outubro de 2015. O evento contou com o apoio do Arquivo Público do Estado, que recepcionou diversas atividades do *XI CAM* em suas dependências.

Estado e congressistas do XI CAM. Após essa primeira apresentação, o documentário foi exibido continuamente durante todos os dias do XI CAM.

O Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Governo e o Arquivo Público do Estado convidam para a exibição do documentário:

Arquivos e Democracia:
30 anos do Sistema de Arquivos
do Estado de São Paulo - SAESP
(1984-2014)

Arquivo Público do Estado
Rua Voluntários da Pátria, 596 - Santana
São Paulo / SP

Dia 19/10
Horário das sessões:
14h, 15h30 e 17h
Local: Auditório do Arquivo
Público

Demais sessões serão
informadas durante o
evento.

Arquivo Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria de Governo

Convite distribuído durante o XI Congresso de Arquivologia do Mercosul – XI CAM para a primeira exibição do documentário Arquivos e Democracia: 30 anos do SAESP



Entrevistados presentes à exibição do documentário Arquivos e Democracia: 30 anos do SAESP: (da esquerda para a direita, a partir do fundo) Eliana Martinelli Avagliano, Camila Brandi de Souza Bentes, Marcelo Henrique de Assis, Ana Maria de Almeida Camargo, Neire do Rossio Martins, Ieda Pimenta Bernardes, Jaqueline Mara Lorenzetti Martinelli e Heloísa Liberalli Bellotto.



Alguns dos entrevistados, equipe de produção e convidados presentes à exibição do documentário Arquivos e Democracia: 30 anos do SAESP



Plateia da primeira exibição do documentário Arquivos e Democracia: 30 anos do SAESP

A entrevista realizada com Bellotto para compor o Documentário também gerou um vídeo,¹⁸ do qual foram retiradas, durante a edição, as poucas e amplas perguntas que visavam deixar a entrevistada livre para tecer suas considerações. Este artigo apresenta a transcrição editada desse depoimento;¹⁹ nele, as perguntas foram reinseridas, em síntese e entre colchetes, identificadas pelas iniciais MEP. A marcação de tempo do depoimento aparece ao início de cada parágrafo, entre colchetes. Em geral, a linguagem coloquial foi mantida, mas as repetições desnecessárias foram removidas e as imprecisões foram reparadas. Os acréscimos da edição estão entre colchetes, como em [palavra], e as supressões estão sinalizadas por reticências, como em [...]. Na medida do possível foi mantida a cadência da fala para definir a pontuação e as pausas da entrevistada, estas últimas identificadas por reticências. As notas de rodapé procuram dar maior precisão a nomes, datas e demais informações importantes citadas durante o depoimento.

Sempre educadora, Bellotto registrou neste vídeo o seu fascínio pelos Arquivos e as suas experiências com teorias, metodologias e práticas arquivísticas. Discorreu também, entre outras menções, sobre a Arquivologia enquanto ramo do saber e do conhecimento; a organização da Associação dos Arquivistas Brasileiros e os primeiros Congressos nacionais; a profissionalização do Arquivista; a criação de cursos de graduação e de pós-graduação em Arquivologia no Brasil; a importância do ensino de elementos de Administração e Direito para os Arquivistas; o Arquivo enquanto retrato da sociedade; a informação e os suportes físicos e digitais dos documentos; a primeira fase do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, iniciada em 1984; a relação entre os Arquivos Intermediários, a eliminação de documentos e as Tabelas de Temporalidade; a segunda fase do SAESP, iniciada em 1997; a importância da Diplomática e da metodologia funcional na construção da Tabela-Meio paulista (2004); a difusão nacional e internacional das realizações do SAESP; a transparência pública, o acesso à informação e a gestão documental; as relações entre o modelo teórico do *Continuum*, a Teoria das Três Idades e os profissionais *Record Manager* e *Archivist*; o Arquivo Público do Estado, **órgão central do SAESP**, normatizando o ciclo vital (o *Continuum*) dos documentos paulistas.

Bellotto comparou o Arquivo Público do Estado a “uma luz” em dois momentos de seu depoimento: quando mencionou a criação do SAESP, como sendo uma luz para os órgãos e entidades estaduais; e quando se referiu ao acesso à informação proporcionado pela instituição, como sendo uma luz para a Administração Pública, para o pesquisador e para o cidadão.

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, coletada por Maria Elisa Pereira [MEP] em 12 de agosto de 2014, no Auditório do Arquivo Público do Estado.

[MEP: Professora, quais eram os grandes temas da Arquivologia nos anos 80 do século XX? Por exemplo, o que se discutia sobre gestão documental, Arquivos Intermediários, Arquivos Permanentes?]

[00:00:10] [Vou] falar um pouquinho dessa experiência, dessa trajetória toda da Arquivologia. [...] Você está se referindo ao Brasil quando você fala das décadas de 70/80? Porque, realmente, a Arquivologia no Brasil na década de 70 é que começa a tomar impulso como uma área científica, como um ramo do saber e do conhecimento. Mas não é tardiamente, como muitas pessoas pensam, porque embora Arquivos existam desde a antiguidade mais remota, desde que o homem é homem e se organiza em sociedade, começam a aparecer os registros, principalmente relativos aos direitos e aos deveres das pessoas para com os [governantes], e mais tarde, em épocas mais democráticas, dos [...] governantes para com os governados. Mas enquanto uma profissão, uma ciência, digamos assim – que eu prefiro, eu não gosto de chamar de

¹⁸ *Entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2023, ver em: https://youtu.be/WXL5Khu_xeA), uma realização da Secretaria de Governo / Arquivo Público do Estado / Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – DGSASP, com produção de AP Produções e Imagens, Ieda Pimenta Bernardes, Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius e João Daniel Borges. Bellotto foi entrevistada por Maria Elisa Pereira em 12 ago.2014 no Auditório do Arquivo Público do Estado.

¹⁹ Agradecemos a todos os colegas que contribuíram para disponibilizar esta entrevista na internet em formato MP4 e para elaborar esta transcrição.

ciência, eu prefiro chamar de disciplina – é nos anos 50 também que no mundo isso se concretiza, se organiza. O fato de o Brasil levar esse movimento da Arquivologia à frente nos anos 70 não é um grande atraso em relação ao mundo, quer dizer, porque, “ao mundo”, quando eu estou falando, ao mundo ocidental, que é do qual nós somos a herança cultural. A Europa se reorganiza toda depois da Segunda Guerra [Mundial] e o Conselho Internacional de Arquivos aparece em 1948,²⁰ [e o] *Primeiro Congresso de Arquivologia* em 50 (e 51).²¹ Toda essa organização da Europa Ocidental e da América, das antigas colônias europeias, tudo isso se dá. A Arquivologia começa a se desenvolver, como a gente a vê hoje, nesses anos 50.

[00:02:28] E no Brasil, é no Rio de Janeiro, na década de 70, que aquele movimento, liderado pelo Professor José Esposel,²² vai fazer a gente pensar; quer dizer, mas já existia Arquivos, os Arquivos Históricos, os Arquivos Públicos, já existia Arquivos de empresas muito bem-organizados, já existia Arquivos estaduais em funcionamento. Mas não havia esse espírito de união profissional e de ciência, de uma disciplina. Porque uma disciplina, um ramo do conhecimento humano, para realmente se sedimentar, ele tem que ter uma profissão definida, tem que ter cursos universitários próprios daquela área, porque quando começa, ela empresta conhecimentos das áreas afins até que vai formando o seu próprio corpo teórico, metodológico e consequentemente a práxis. Mas ela precisa de um momento que alguém comece, ou um grupo comece a pensar nisso e se organizar.

[00:03:38] Foi o que aconteceu com a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, no Rio de Janeiro, 1971, e em 1972 a realização do *Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivos*. Foi aí que a gente começou a [se] pensar como profissão. E os arquivistas se reuniram pela primeira vez nesse Congresso, mostraram a cara um para o outro. E aí a gente via que já existia bons Arquivos. Nesse primeiro congresso, é interessante, quase não há nada metodológico, nem teórico; quase todo mundo foi lá para apresentar o seu Arquivo. Eu mesma fui apresentar o Arquivo do IEB da USP.²³ Aí a gente viu que havia empresas que trabalhavam já com gestão de documentos correntes. Eu lembro, foi notável a apresentação da arquivista da empresa ... – empresas estatais, principalmente – da empresa FURNAS, que era de questões hidroelétricas lá do Rio de Janeiro; mas o próprio líder desse movimento, o Professor José Pedro Esposel, era arquivista do Banco Central. Ao contrário [do que] muitas pessoas pensam, que nesses primeiros congressos só tinha o pessoal de Arquivo Histórico, tinha muita gente já, e trabalhando muito bem [em] Arquivo Corrente. Destaco também [a] Professora Marilena Paes, da Fundação Getúlio Vargas,²⁴ que tinha um sistema interno de arquivo interessante; mas naturalmente essas pessoas que organizaram esses arquivos, essa gestão de documentos já nessa época, eram modelos trazidos do exterior, que iam se desenvolvendo aqui, [que] as empresas multinacionais traziam.

[00:05:33] Aqui no Brasil, [na década de] 70 em diante, depois disso vai florescer muito em 80. Mas é na década de 70 que aparecem os cursos universitários; de dois em dois anos se realizam os Congressos, e o projeto da Lei de Arquivos aparece na década de 80, embora a Lei nossa de Arquivos só saia em 1991.²⁵ [...] Essa coisa da regulamentação da profissão [...], a regulamentação foi uma consequência da criação dos cursos universitários. Porque com o aparecimento dos cursos universitários, depois de [19]74, teria que haver uma diferenciação entre as pessoas formadas arquivistas universitárias e aquelas que tinham se formado na prática. Então foram feitos aqueles atos normativos, foi feita aquela Lei do Provisionamento,²⁶ quer dizer, as pessoas que em 1978 já trabalhassem em arquivo há dez anos, que podia ser com solução

²⁰ O Conselho Internacional de Arquivos – CIA, com sede em Paris, foi criado em 1948.

²¹ Em 1950 ocorreu o *Primeiro Congresso Internacional de Arquivologia*, em Paris. Em 1951 foi lançada a Revista *Archivum*, publicação oficial do CIA.

²² Professor José Pedro Pinto Esposel (1931-2018).

²³ Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, da Universidade de São Paulo – USP.

²⁴ Professora Marilena Leite Paes, falecida em 2020.

²⁵ A *Lei de Arquivos brasileira, Lei Federal n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991* (ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm), passou por um processo de dez anos de gestação técnica e de tramitação legislativa. Ver o *artigo A atuação do Arquivo Público do Estado na implementação e na revisão da Lei de Arquivos* (BERNARDES, PEREIRA, 2021) (ver em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/13/pdf/Especial_BERNARDES_I_P_et_al_-_A_atuacao_do_Arquivo_Publico_do_Estado_na_implementacao_e_na_revisao_da_Lei_de_Arquivos.pdf)

²⁶ Bellotto referiu-se à *Lei Federal n. 6.546, de 4 de julho de 1978* (ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm)

de continuidade, ou a pessoa que há cinco anos trabalhasse com arquivo, preenchia um questionário, entregava no Ministério do Trabalho, e era provisionado como Arquivista com os mesmos direitos das pessoas formadas. Isso era aberto até [19]82; depois de [19]82 quem não se provisionasse e quisesse ser Arquivista, oficialmente considerado um profissional Arquivista de nível superior, teria que fazer o curso [de graduação]. Desses arquivistas que têm os mesmos direitos dos formados, [os] provisionados, a maioria [já] se aposentou, muitos já faleceram, porque eram pessoas que já estavam [trabalhando] há anos, mas eu mesma sou dessas antigas provisionadas, porque a minha formação foi toda ... primeiro Biblioteconomia, depois História, e só fiz Especialização em Arquivos no exterior.

[00:07:51] Mas enfim, [...] você perguntou mais para a [década] de 80 e 90 ... Porque aqui no estado de São Paulo [...] algumas pessoas que foram fazer o curso de Especialização fora, especialmente o curso que eu fiz, que era curso da OEA, que a gente ia com bolsa da Organização dos Estados Americanos fazer o curso na Espanha,²⁷ algumas pessoas que já tinham feito esse curso, vieram, eu mesma fiz o curso em [19]77. [...] Em [19]78, eu comecei a dar uma disciplina na ECA,²⁸ na pós[-graduação], aquele professor Litto,²⁹ um americano que dava aula lá que me chamou, foi a primeira vez que tinha uma disciplina de Arquivo dentro da USP. Ao mesmo tempo, [...] estava havendo o movimento aqui dentro do Arquivo do Estado com o Dr. Francisco de Assis Barbosa,³⁰ [sob] a direção do Professor Sebastião Witter;³¹ essas pessoas queriam apressar, digamos assim, a consolidação da Arquivologia no Estado. E a FUNDAP,³² que justamente pensando no aperfeiçoamento do funcionalismo do Estado [de São Paulo] e das instituições do governo estadual, estava empenhada também no progresso da Arquivologia. Os primeiros cursos [... eram] de curta extensão, mas apareceu muita gente interessada, eram promovidos pela FUNDAP e pelo Arquivo do Estado. Depois teve um núcleo da Associação de Arquivistas de São Paulo [ARQ-SP] que também promovia cursos; mas quem dava esses cursos eram, em geral, as pessoas da área de História que já trabalhavam em Arquivo e foram se aperfeiçoando em Arquivologia para serem os professores.

[00:09:58] E os cursos universitários, apareceram primeiro nas Universidades Federais. O primeiro curso ... Lá no Rio tinha um curso do Arquivo Nacional,³³ de um ano que [depois] passou para a UNIRIO.³⁴ A UNIRIO considera que o primeiro curso é o deles, mas não é: o primeiro curso é o de Santa Maria,³⁵ que é de [19]74, em [19]76 começa, e aí rapidamente [o] da UNIRIO. Depois [...] da UFF,³⁶ na Federal Fluminense, que ainda foi antes, depois a UNIRIO incorporou o do Arquivo Nacional, se transformou em curso universitário. Primeiro são esses três,³⁷ depois ficamos 14 anos sem aparecer. Depois o próximo curso foi na década de 90 e aí teve outra leva de cursos e hoje em dia já são 16.³⁸

[00:11:19] Mas o movimento aqui em São Paulo [... saiu] da FUNDAP e do Arquivo do Estado, primeiro pensando na formação das pessoas, porque depois [... cada uma] ia para os arquivos das suas instituições. [...] O primeiro passo não foi a gestão [documental], o primeiro passo foi o aperfeiçoamento das metodologias usadas para com os fundos fechados, com os fundos históricos do Arquivo do Estado, que naquele

²⁷ Belotto foi bolsista da Organização dos Estados Americanos – OEA no *Curso de Especialização em Organização e Administração de Arquivos*, ministrado em 1977 na Escuela de Documentalistas de Madrid – EDM, Espanha.

²⁸ Escola de Comunicação e Artes – ECA, da Universidade de São Paulo – USP.

²⁹ Professor Fredric Michael Litto, cidadão norte americano e brasileiro, nascido em 1939.

³⁰ O historiador Francisco de Assis Barbosa (1914-1991) colaborou na elaboração do SAESP.

³¹ O Professor José Sebastião Witter (1933-2014) foi Supervisor do Arquivo Público do Estado entre 1977 e 1988.

³² Em parceria com o Arquivo Público do Estado, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, criada em 1974 e extinta em 2015, ofereceu, durante muitos anos, cursos, seminários, consultorias e publicações na área de Comunicações Administrativas e Arquivos. Seus técnicos participaram da Comissão Especial de Estudos destinada à organização do SAESP (1983) e, posteriormente, da Comissão Estadual de Arquivo.

³³ *Curso Permanente de Arquivos*, ministrado no Rio de Janeiro (RJ) pelo Arquivo Nacional entre 1960 e 1976, com duração de dois anos, passou a funcionar com mandato universitário em 1973.

³⁴ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

³⁵ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, na cidade de Santa Maria (RS).

³⁶ Universidade Federal Fluminense – UFF, na cidade de Niterói (RJ).

³⁷ O curso de Arquivologia da UFSM, criado em 1976, iniciou seu funcionamento em 1977. As aulas do curso da UNIRIO, derivado do curso do Arquivo Nacional, também começaram oficialmente em 1977, embora houvesse um acordo entre o Arquivo Nacional e a UNIRIO desde 1973. O curso da UFF, criado em 1978, principiou suas atividades em 1979.

³⁸ O site do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ informa que existem no Brasil 16 cursos de Bacharelado em Arquivologia em instituições públicas e 01 curso em uma instituição privada. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/links-uteis-1/cursos-de-arquivologia-no-brasil>. Acesso em 26 mai. 2023.

tempo era um Departamento ligado à Secretaria da Cultura.³⁹ Mas [...] o interesse da FUNDAP era também a parte mais contemporânea da Administração. [...] Para a FUNDAP interessava também (depois também se incorporou a Assembleia Legislativa), [...] essa parte da gestão, quer dizer, como organizar (classificar e tal) os documentos correntes para prepará-los depois para fazer todo esse ... o que hoje se chama na Teoria, o *Continuum* dos documentos, desde a criação até a sua destinação: ou à eliminação ou ao Arquivo Permanente. Ao mesmo tempo que se pensava no aperfeiçoamento do Arquivo do Estado já se pensava em gestão, e é por isso que em [19]84 aparecem aqueles esforços, e é quando se pensa naquela primeira fase do SAESP, que a gente ainda nem chamava de SAESP, mas era um Sistema Estadual de Arquivos, que nesse Sistema, abrangendo toda a documentação, necessariamente teria que começar pela [...] produção, a documentação corrente e depois as outras fases dos documentos.

[00:13:27] [...] Você também falou sobre gestão... Realmente foi na década de 80 que em São Paulo a gente pensa num Sistema, pensando na gestão, e a questão do Arquivo Intermediário [...]. Quando começaram a aparecer os grandes Arquivos europeus do século XIX, ainda não se pensava nos Arquivos Intermediários. A ideia aparece nos Estados Unidos depois da [Segunda] Guerra [Mundial], essa questão de racionalizar um pouco a documentação. Porque o Arquivo Intermediário não é só a existência do Arquivo Intermediário, vem muito junto com a criação dos Arquivos Intermediários a ideia de que precisa eliminar documentos para a gente obter ... parece um paradoxo, que é preciso eliminar para a gente obter mais informação. Isto é, sem a eliminação é um caos. Porque é impossível guardar toda a documentação que é produzida. A ideia do Arquivo Intermediário é a destruição com critério, com muito conhecimento de causa e para chegar ao refinamento das fontes que realmente vão ser testemunho.

[00:14:55] [...] Em muitos países os Arquivos Intermediários surgiram tardiamente. Embora muitas administrações ... O Arquivo do Estado não tinha Arquivo Intermediário, mas a Prefeitura tinha, se chamava "Arquivo Geral do Município"; sempre teve, e não era o Histórico.⁴⁰ Essa ideia de que a documentação inativa [das Secretarias] podia ir para um lugar chamado Arquivo Geral ou um depósito, para depois ver se ..., mas naquele tempo também não havia muito critério para destruição. Ia pouco, porque já era destruído na própria Secretaria etc. Mas ao contrário do que a gente pensa as coisas não são muito destruídas, ao contrário, ela [a administração pública] guardava demais, porque todo mundo tem medo de destruir documentação oficial. O defeito não é a destruição, o defeito era o acúmulo sem sentido. Essa que é a origem das Tabelas de Temporalidade, para saber o que destruir.

[00:16:00] E quando há a ideia de SAESP, já imediatamente, [...] o primeiro passo do SAESP, nas duas fases, [foi] identificar a documentação para construir [a] Tabela. Porque só a partir da existência da Tabela é que se torna mais racional o trato documental, e aí sim, se pode pensar realmente num Sistema. Mas se não tem o instrumento da Tabela de Temporalidade, o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade...

[00:16:30] [...] Diferentemente de outras administrações, de outros países e de outros estados, aqui em São Paulo, que foi a ideia que a gente teve, primeiro no SAUSP,⁴¹ depois no SAESP, de que primeiro faz a Tabela, depois o Plano. Porque em geral as pessoas dizem: "Não, mas primeiro tem um Plano, porque imediatamente depois que o documento é tramitado [...] ele precisa de um Plano". Mas, bem ou mal ... porque como o Plano se faz "em pequeno",⁴² no próprio órgão que está produzindo o documento, e as Tabelas e as destinações para saber o que vai para o Arquivo Histórico, é tudo muito "mais geral", acabava

³⁹ O Arquivo Público do Estado, até 2006, era apenas um Departamento da Secretaria da Cultura. A partir de 2007 passou a ser uma Coordenadoria ligada à Casa Civil; em 2015, à Secretaria de Governo; e, desde 2023, à Secretaria de Gestão e Governo Digital.

⁴⁰ O município de São Paulo possui dois arquivos: o Arquivo Histórico Municipal – AHM e o Arquivo Público Municipal "Jornalista Paulo Roberto Dutra" – ARQUIP, que incorporou o antigo Arquivo Geral de Processos.

⁴¹ A institucionalização do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo – SAUSP e da primeira versão de seu Plano e Tabela de Documentos se deu em 1997.

⁴² Na expressão "em pequeno", Bellotto se referiu aos órgãos setoriais do Sistema, como as Secretarias, e às classificações de seus documentos das áreas meio, às vezes ligeiramente diferentes entre si. Na expressão "mais geral", ela se referiu à Tabela de Temporalidade das Atividades-Meio, aplicável a todos os "pequenos". As classificações dos "pequenos" foram sistematizadas para compor o Plano de Classificação estadual.

que todo mundo tinha sua classificação, bem ou mal. O que foi feito, quando [da elaboração do] Plano de Classificação [das Atividades – Meio] do estado, foi quase que tomando essas pequenas classificações e homogeneizando, sistematizando. Porque ninguém conhece melhor a documentação do que aqueles próprios profissionais que estão ali na produção, e na primeira guarda, [onde] alguma classificação sempre tem, mesmo que não muito “cientificada”, digamos assim, mas depois a gente só oficializa. Mas tanto no SAESP como o SAUSP, que é o Sistema da USP, a nossa sistemática era conhecer as classificações que eles faziam, os que tinham algum Plano de destruição [eliminação] também a gente conhecer, e eles justificarem [a eliminação], e depois a comissão do Sistema do SAESP sistematizou tudo isso.⁴³ O nosso trabalho na comissão foi sistematizar e colocar algumas coisas teóricas que faltavam. Mas nunca é tirar do nada, porque, bem ou mal, as coisas já eram classificadas.

[00:18:44] No início do SAESP, foi muito bem aceito esse lançamento, essa ideia. Porque as Secretarias sempre esperavam que algum dia viesse uma luz, e essa luz só podia vir do Arquivo do Estado. Esses decretos que instalam o Sistema, tanto em [19]84 como em [19]99,⁴⁴ era essa preocupação de chamar a atenção das Secretarias para eles olharem para o órgão coordenador que era, e que é, o Arquivo do Estado. [...]

[MEP: A senhora poderia nos relatar como foi a experiência de participar do projeto financiado FAPESP no início dos anos 2000, que realizou uma pesquisa ampla sobre os documentos administração pública paulista e possibilitou a confecção da Tabela Meio estadual?]

[00:19:22] [...] Tudo que vai acontecer, quer dizer, foi sendo uma evolução... Como eu disse, partindo de 1971, mas em São Paulo é em 1977, é quando eu volto e começo a dar essa aula na ECA, e a gente começa a fazer muitas reuniões aqui no Arquivo [Público do Estado], para estudo mesmo. [Nos anos] 80 aparece a primeira fase do SAESP, 90, e quando a gente chega ao ano 2000 [...], depois de todo esse esforço da FUNDAP...

[00:19:57] O primeiro governador que realmente se empenhou, e fundou o Conselho Estadual de Arquivos,⁴⁵ [foi] o Franco Montoro.⁴⁶ [...] Eu sempre menciono isso, porque é extraordinário que um governador do Estado de São Paulo – e quando eu menciono isso, por exemplo, em Portugal e na Espanha, onde eu dei aula de Arquivo um tempo lá em Nueva, na Espanha, e que são para alunos da América, os países não estão acostumados que uma autoridade governamental se interesse por Arquivo. Eles às vezes fazem é mais por demagogia: “Ah, tá bem, os Arquivos... e a memória...”, só nesse sentido. [...] O Franco Montoro [foi] o primeiro governador que realmente disse: “Mas isso é importante, é importante a informação, não só a informação histórica, [mas também] o acesso à informação, a organização, a gestão da documentação”. O Conselho Estadual de Arquivos, que ele funda, ele vem assistir as reuniões do Conselho. Um governador de São Paulo, tem mais o que fazer do que ficar assistindo reunião de Conselho de Arquivos: pois ele se interessava, perguntava e acompanhava muito, [...] as questões mais técnicas, mais teóricas de arquivo que a gente discutisse. Os governadores que se seguiram, não estou fazendo propaganda política, mas o Mário Covas também,⁴⁷ por causa dele que a gente chegou ao Sistema,⁴⁸ [...] e o interesse direto desses

⁴³ Por “comissão do Sistema do SAESP” entenda-se a equipe de funcionários e consultores que dirigiu os trabalhos de construção do Plano e da Tabela-Meio da administração estadual paulista na segunda fase do SAESP.

⁴⁴ Em 1984, o Decreto Estadual n. 22.789 (ver Nota 4) instituiu o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. O projeto FAPESP *Um Sistema de Gestão Documental para a Administração Pública do Estado de São Paulo*, que começou em 1999 e foi até 2002, gerou os Decretos Estaduais n. 48.897/2004 (ver Nota 10) e n. 48.898/2004 (ver Nota 11), da segunda fase do SAESP, que refundaram o Sistema ao estabelecerem as regras arquivísticas para a Administração pública estadual.

⁴⁵ A Comissão Estadual de Arquivo (e não o “Conselho Estadual de Arquivos”) funcionou apenas nos primeiros anos do SAESP.

⁴⁶ André Franco Montoro (1916-1999), que foi governador do Estado de São Paulo de março de 1983 a março de 1987 no chamado período da redemocratização, assinou em 1984 o decreto que instituiu o SAESP (ver Nota 4). Nessa ocasião o Arquivo Público do Estado ocupava um prédio alugado à Rua Dona Antônia de Queirós, bastante danificado e com pouco espaço para abrigar o patrimônio documental paulista. Montoro providenciou, já em 1984, uma edificação na Mooca para abrigar o Arquivo Intermediário, e outra em Santana para as demais instalações do Arquivo Público do Estado, inaugurada somente em 1997 após grande reforma.

⁴⁷ Após Franco Montoro, Orestes Quércia (1938-2010) governou o Estado de São Paulo de março de 1987 a março de 1991; Luiz Antônio Fleury Filho (1949-2022) governou de março de 1991 a 1º de janeiro de 1995; e Mário Covas Junior (1930-2001) governou de janeiro de 1995 a março de 2001.

⁴⁸ Em 1997, durante a gestão de Mário Covas, o Arquivo Público do Estado inaugurou sua primeira sede própria em substituição à antiga sede alugada e, após o ingresso da Professora Ieda Pimenta Bernardes na instituição nesse mesmo ano, os trabalhos para a implantação do SAESP puderam recomeçar.

dois governadores, e se empenharam também junto à FAPESP, os próprios governadores, por isso é que a gente conseguiu esse apoio. Desde que eu fiz aqueles meus cursos de Arquivo, na Espanha, na França e nos Estados Unidos – eu estou dizendo isso porque no exterior os professores sempre falam isso: que enquanto não tiver apoio das autoridades os Arquivos não vão para a frente, porque o Arquivo não tem um charme próprio dele, [...] para a autoridade pensar naquilo como alguma coisa que pode motivar votos ... Arquivo não dá voto. Quando a gente consegue que a autoridade sinta a importância do Arquivo e se empenhe nisso é uma grande vitória para o profissional, porque isso não é normal, nem nos outros países, é sempre difícil.

[00:22:37] [...] É uma profissão fascinante, [...] a gente vem de outras profissões, entra, e nunca mais quer voltar para a antiga profissão, porque é realmente fascinante esse mundo dos Arquivos. Primeiro porque eles abrangem tudo, você tem o arquivo de empresa, arquivo da escola, arquivo da loja, arquivo do dentista, arquivo da Universidade, Arquivo do Estado, das Secretarias... É onde estão as informações. [...] Nenhuma instituição pode funcionar sem o arquivo, porque os documentos que estão ali, eles existem para que as coisas funcionem – o documento quando é feito antes do ato – e depois, o documento que é feito depois do ato para provar que aquilo foi cumprido. Tudo é arquivo, cartório é arquivo, todo mundo tem o seu pequeno arquivo na sua casa, porque é testemunho de tudo que aconteceu, é o maior retrato da sociedade, porque é o que fica, porque fica registrado.

[00:23:43] E não tem diferença entre o mundo digital de hoje e o mundo tradicional, digamos, do documento em papel, porque os registros se fazem da mesma forma, só que o suporte hoje é [...] impalpável, digamos, que é o suporte digital, mas o documento eletrônico, ele funciona da mesma maneira. Se você tem um decreto manuscrito do século XVIII, depois um decreto original datilografado, e depois tem o original digital, não deixa de ser um decreto. Quer dizer, não deixa de ser um instrumento governamental, um ato normativo.

[00:24:23] [...] Essa coisa fascinante toda, a gente conseguiu que o próprio governo do estado se interessasse, e o projeto da FAPESP então possibilitou. Havia dinheiro, havia finanças, recursos financeiros para começar a estruturar [o SAESP] em todos os órgãos estaduais. Muitas autoridades estaduais nem sabiam direito a questão arquivística, por exemplo, [...] que o Arquivo do Estado só lida com documento estadual. Porque as pessoas pensam que Arquivo do Estado é para colecionar documentos, pode ser Municipal, pode ser Federal... As pessoas têm uma ideia de que o Arquivo do Estado é para pôr papel velho, pode ser federal, pode ser municipal...

[00:25:13] Muitas autoridades, muitos funcionários públicos de alto escalão ... Quando o SAESP começou a chegar a cada Secretaria, nós que éramos da Comissão, que fazíamos a consultoria, íamos. Foi dividido entre os membros, as consultoras se dividiam. Por exemplo, a mim foi atribuída a Secretaria da Educação, e a Secretaria de Saúde. A gente ia lá, conversava, desde o ... geralmente o Secretário não aparecia, mas [desde o] seu Chefe de Gabinete até o funcionário, aquele do Protocolo, aquele mais humilde, que muitas vezes ninguém vai explicar para ele [...] porque ele trabalha com arquivo. [...] [Nós vimos o] entusiasmo dos próprios funcionários, porque eles vieram fazer o treinamento para poder responder às nossas demandas de informação, para poder fazer as Tabelas, tanto o Plano de classificação quanto a Tabela de Temporalidade. Os funcionários, nesses cursos, nessas instruções que a gente dava, eles falavam: “Mas agora que eu estou vendo que eu trabalho num setor importante.” Porque [...] a pessoa entra para trabalhar e ninguém diz o que ela vai fazer: “O senhor senta aí, fica carimbando”, não explica qual o papel dele dentro da Administração do estado. [...] Eu acho uma das coisas mais importantes que o SAESP fez foi a valorização dos funcionários que trabalhavam com documento, desde o Protocolo até ... a Secretaria só tem um Arquivo Central, no máximo. Mas [explicar para] aqueles que eram encarregados porque se pode destruir uns [documentos] e outros não, porque que alguns documentos vão para um Arquivo Intermediário,

o que é o Arquivo Intermediário, o que é o Arquivo Estadual, porque é Estadual e não Federal, porque existe o Arquivo Municipal... Esses funcionários, nunca tinham tido esse tipo de conhecimento. Então eu acho [que] uns dos frutos bem importantes do SAESP é essa conscientização do trabalho que essas pessoas faziam e fazem, e a importância que isso tem. Nenhum órgão público vai funcionar sem arquivo. Tanto que nos países de Arquivística avançada, a burocracia, “burocracia” no bom sentido, quer dizer, as engrenagens administrativas são mais azeitadas, funcionam melhor. Por que a gente vai buscar esses modelos? É no Canadá, é nos Estados Unidos, é na Inglaterra que [...] os Arquivos Públicos funcionam muito bem e, conseqüentemente, a Administração funciona melhor.

[00:28:05] [...] O SAESP, nessa fase que começa no ano 2000: de [19]99 a 2002 são todas essas reuniões, são as sugestões que a gente manda, que eles mandam, que a gente sistematiza, torna a mandar para a CADA.⁴⁹ Porque foram formadas ... os sistemas supõem aquelas Comissões em cada Secretaria. Então o nosso diálogo era da Comissão, era com as Secretarias, até que foram se instalando as Tabelas de Temporalidade, foram funcionando todos esses trabalhos que a lida tem apresentado, inclusive em Congressos para os outros profissionais.

[00:28:48] Então aí vem a parte da repercussão. Sempre a gente estimula muito que as pessoas apresentem seus trabalhos nos Congressos. E isso [...] o Arquivo do Estado sempre fez. A lida sempre foi apresentar, tanto nos nossos, como nos Congressos do Mercosul, e aí que começa a repercussão de outros estados, outros países [...] quererem como um modelo, como exemplo para tentar começar a fazer coisas do mesmo tipo.

[00:29:27] O SAESP tem inspirado. Hoje a gente vê que a maioria dos estados está fazendo Sistema.⁵⁰ Em alguns deles são, inclusive, nossos ex-alunos do *Curso de Especialização em Arquivo* da USP,⁵¹ [que] têm sido responsáveis pelo Sistema em outros estados e mesmo em Portugal. Porque como eu fiquei, por causa do *Projeto Resgate*,⁵² muitos anos trabalhando quatro meses por ano em Portugal, muitas vezes eles me chamavam para conversar [...] informalmente, sobre o SAESP e o SAUSP, e mesmo eu fiz Conferências sobre isso. E eu soube, lá em Portugal, que numa reunião, que eu não estava, [...] no Arquivo da Torre do Tombo,⁵³ que é o Arquivo Histórico do país ... Eu tinha entregue esse volume [o livro do Plano e da Tabela-Meio paulista] para uma professora lá do curso de Arquivo da Universidade, e estavam discutindo como pensar em sistematizar;⁵⁴ porque lá os Ministérios todos são muitos independentes, muitos conscientes, todos têm seus Arquivos Históricos, não querem passar os documentos para o Arquivo Final, que seria o Arquivo da Torre do Tombo. Esse episódio eu conto muito, porque é engraçado, porque ela pegou isso aqui [a Tabela paulista] na reunião, jogou em cima da mesa e falou assim: “Primeiro vocês vão aprender aqui a fazer um Sistema de Arquivos e depois vêm conversar comigo” e saiu, e largou lá o Plano do SAESP, a Tabela de Temporalidade – acho que eles estavam discutindo a Tabela – e ela falou: “Isso é que é modelo”. Mas ela falou [...] de um jeito assim, quase que desprezando eles, e mostrando assim: “Primeiro vão dar uma lida, lê, porque senão não dá nem para a gente conversar”.

[00:31:22] [...] Muitas pessoas que vinham [ao Arquivo Público do Estado], mesmo quando estava sendo implantado, para ver qual era a sistemática, porque agora que o Sistema funciona fica, às vezes, mais

⁴⁹ Durante o projeto FAPESP (1999-2002) aconteceram os encontros dos representantes do SAESP com as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA das Secretarias, visando primeiramente construir o Plano e a Tabela de Temporalidade das Atividades-Meio para, em seguida, aplicar esses instrumentos de gestão documental.

⁵⁰ Nem todos os Sistemas de Arquivos Estaduais criados se tornaram realidade ou são responsáveis pela Gestão Documental em seu estado, e “dos 26 estados da federação e o Distrito Federal, 18 (66,66%) regulamentaram a gestão de documentos, ao passo que os outros nove entes federativos ainda não o fizeram, [...] o que indica que o poder público desses estados não desenvolve a gestão de documentos nos parâmetros legais e conceituais” (CINACCHI BUENO; RODRIGUES, 2020, p. 103).

⁵¹ O *Curso de Especialização em Organização de Arquivos* foi oferecido entre 1986 e 2009 pela Escola de Comunicações e Artes – ECA, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB.

⁵² O *Projeto Resgate* (ver em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate>) é um programa de cooperação arquivística internacional Brasil-Portugal: Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”, do Ministério da Cultura / Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU do Ministério de Ciência e Tecnologia de Portugal.

⁵³ O Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa.

⁵⁴ Isto é, como criar um Sistema de Arquivos que abrangesse todos os Ministérios Portugueses.

difícil [...] de as pessoas entenderem como é que começou. Aqueles que conseguiram ver desde o começo, parece que apreenderam. Só que, como muita coisa aqui no Brasil, por causa de não ter apoio das autoridades, muitos começaram e estão parados. Tem [só] na lei, né? O SAESP foi o primeiro [Sistema estadual] a se concretizar, mas alguns já tinham, mas o mais famoso, todo mundo falava: “Não, o Rio Grande do Norte tem Sistema de Arquivo”. Todo mundo achava estranho porque, um estado assim, relativamente pequeno... Bom, existia uma lei desde os anos 50, sei lá, mas só que nunca foi para frente. As Secretarias continuavam a destruir, a guardar, ou de vez em quando enchia um caminhão e mandava para o Arquivo Público, o Arquivo Final. Mandavam o que eles bem achavam que deviam mandar e o resto destruía. Tanto que uma preocupação daqui [em São Paulo] era primeiro a Tabela, porque primeiro parar isso de destruir [documentos sem critério] e organizar os Arquivos Correntes e uniformizar de uma maneira tal que quando chega no Arquivo Intermediário e depois no Histórico eles já estão bem identificados, e [...] fica muito mais lógico depois se juntar aos outros Fundos [de Arquivo] que já estão no Arquivo Histórico.

[00:33:15] O papel [das] pessoas que trabalharam nesse período da implantação foi muito importante, porque cada um também que trabalhou, dos consultores, foi levando esse exemplo e espalhando para outros estados e outras instituições. A gente pode dizer que a repercussão foi muito importante, e o interesse dos países, alguns alunos nossos da Argentina, por exemplo, que levaram o modelo, foram instalando principalmente nos municípios, e lá em Huelva também,⁵⁵ eu tinha muito aluno de Arquivo Municipal. Bom, eu dava a Introdução, mas eles ... e hoje em dia com a internet as pessoas ficam sabendo. Muita gente já tinha acessado e tomaram diretrizes, claro, cada Administração tem a suas características, precisam adaptar. E aqui, no [âmbito] Federal, o CONARQ, o Conselho Nacional de Arquivos, tem um modelo de Tabela de Temporalidade, Plano de Classificação Federal. Só que muita gente do Federal [...] olha no SAESP, porque a estrutura é diferente.

[00:34:50] [...] Eu disse um pouquinho antes que a gente se especializou em uma Secretaria, e também, na hora da consolidação, cada uma tinha mais ou menos uma tarefa mais específica, e a minha era justamente ... porque você vê que [...] as Tabelas e o Plano [são baseados], como deve ser mesmo [em] um arquivo, [baseados] nas funções, nas subfunções e nas atividades e depois nas operações, quer dizer, [...] nas várias formas da mesma atividade. Como [...] a área teórica que eu trabalho é Diplomática – isso de dizer qual a função do documento, o nome que ele tem e que cabe a cada documento, é a área da Diplomática. Coube a mim, depois estudar, quando a gente estava rascunhando, ver se realmente uma função era uma função. Então nós também conversamos muito com as pessoas da área da Administração e da área de Direito.

[00:35:53] Aí eu aproveito para falar aqui aquele meu recado de sempre, que a Arquivologia tem muito menos a ver com Ciência da Informação e muito mais a ver com Administração e com Direito; e por isso que curso de Arquivologia não é para ser junto de curso de Biblioteconomia, é para ser nas Faculdades de Administração. [...] E voltando ao Professor Witter, que em [19]83 me pediu para fazer uma estrutura de um curso universitário para ser apresentado à USP, e eu fiz, levei um tempão, construí muito bem com todas as disciplinas ... “muito bem” não é que estava “bem bom”, mas estava muito baseado... um pouco no currículo oficial que tinha – porque agora esse currículo mínimo nem precisa ser obedecido, mas tinha um currículo mínimo naquele tempo, de Arquivologia – e aquilo tudo expandido. E o Professor Witter, eu falei: “Witter, mas é uma coisa, tem que apresentar à Faculdade de Administração”,⁵⁶ e ele apresentou à FEA. Infelizmente, a Congregação da FEA não entendeu o seguinte: na USP, ou em qualquer Universidade, quando se vai propor um curso novo, você põe o número da disciplina que ela tenha na USP, se ela já existir. Se ela não existir, [se ela for] “a ser criada”, fica em branco. Em todos os semestres, de 8 semestres, eu

⁵⁵ Universidad Internacional de Andalucía – UNIA, sede Iberoamericana de Santa María de La Rábida, na província andaluza de Huelva, Espanha.

⁵⁶ Faculdade de Economia e Administração – FEA, da Universidade de São Paulo – USP.

colocava as disciplinas que existiam nas outras [faculdades]; porque aí ou os alunos de Arquivo iam lá, ou o Professor de lá vinha cá, isso ia ser resolvido depois. [...] Só para dar um exemplo, se tivesse 30 disciplinas, tinha 8 que eram da ECA, porque eram de coisas de informação, de comunicação [...]. Tinha umas 8 da ECA, tinha umas 4 da História – [...] que era História administrativa –, tinha umas 5 de Direito, e tinha 25 novas. Porque o curso é novo, entendeu? 25, eu estou exagerando, tinha 10 novas. Por que, em geral, tem umas 30 disciplinas um curso todo de 4 anos. A congregação [da FEA], em vez de olhar para os “brancos”, que eram o que eles tinham que criar, olharam: “A ECA tem 8, ou tem 6; Direito tem 5; História tem 4 ... Ah, isso aqui não é curso para nós não, isso é curso para mandar para ECA”. Então a congregação da FEA mandou para ECA, dizendo “isso é um curso próprio para criar lá”.

[00:38:23] Isto é, para você ver, a falta de conhecimento dos próprios professores da Faculdade de Administração de que o Arquivo é básico para administrador. Tanto que a primeira Universidade que ia fazer isso era [...] a Federal de Maceió, que eu ia para lá, e eu falei: “Eu vou dar aula de Arquivo, mas só se for na Faculdade de Administração”. Eu ia dar uma disciplina na Administração e a partir disso a gente ia tentar a Graduação [em Arquivologia] lá, mas eu acabei não indo, por razões de saúde, não fui para Maceió. [...] E aí, o que fizeram: [...] como [na] área de Arquivo hoje, os cursos se voltam muito para Arquivo Corrente, para Administração e para Tecnologia da Informação (a área de Arquivo tem muitas disciplinas dessas áreas), a conclusão [deles foi] que os cursos de Arquivologia agora têm que ficar junto com a Ciência da Informação, isto é, junto dos cursos de Biblioteconomia. Porque dizem: “Não, o Arquivo não é Arquivo Histórico só, então não vai para o curso de História”. Mas todo mundo esquece que não é para ir nem para História, nem Biblioteconomia, é para ir para Administração e com muitas disciplinas de Direito.

[00:39:36] Esse curso do Professor Witter não pôde acontecer [na FEA] e foi para ECA. [...] Na] USP é muito difícil [de criar] uma Graduação se não tem alguém de lá de dentro, batendo. Eu tinha já dado aula na ECA, mas há muitos anos, agora só estava na História e no IEB, Instituto de Estudos Brasileiros. Aí a ECA falou: “Graduação nós não fazemos, mas uma Especialização, tudo bem”. [...] Aí foi o primeiro ano que teve, [19]86, mas aí veio muita gente, veio de outros estados... [Nos] 20 anos de *Curso de Especialização em Organização de Arquivos* da USP nós tivemos alunos do Peru, da Argentina, de Angola, de Moçambique, de El Salvador veio um, e da Colômbia; e muitos brasileiros de todos os estados. Porque as pessoas já eram formadas em História, Biblioteconomia e não queriam ficar quatro anos fazendo uma Graduação de Arquivologia. Então vieram fazer o curso. Mas aí foi na ECA o primeiro ano, e depois a partir daí era a ECA junto com Instituto de Estudos Brasileiros. Mas foi esse esforço, porque se o Professor Witter não tivesse tentado entrar, mesmo que tivesse sido pela Administração [FEA], talvez nem existisse o Curso de Especialização. Como eu tinha chegado do meu curso lá na Espanha eu fiz pelo modelo deles, do curso que eu tinha feito em [19]77, e em [19]86 começa a funcionar.

[00:41:11] [...] O curso da USP foi paralelo à primeira fase do SAESP, mas era todo um movimento concatenado da Arquivologia aqui em São Paulo.

[MEP: Qual é a sua avaliação sobre a contribuição do SAESP nestes 30 anos, tanto para a gestão documental quanto para o acesso à informação? E o que a senhora espera para os próximos 30 anos do SAESP?]

[00:41:25] [...] O acesso à informação é] uma questão ligada à chamada Transparência Governamental, Transparência Administrativa, e que isso vem do *Watergate*,⁵⁷ vem do governo Nixon, nos Estados Unidos. Os prazos de entrega [para] os Arquivos Históricos, depois dessa questão de *Watergate*, [...] mudaram] esses prazos de acesso, [que] eram muito ligados à passagem dos documentos para o Arquivo Histórico. Na

⁵⁷ O *Escândalo Watergate* refere-se à descoberta, em 1972, da escuta ilegal dos telefones do escritório do Partido Democrata, localizado no Hotel Watergate, em Washington (EUA). Envolvido nessa ação, Richard Nixon, do Partido Republicano, renunciou em 1974 ao cargo de Presidente da República. A gravidade do *Watergate* levou à criação, tanto nos EUA quanto em outros países, de medidas legais visando à ampliação da chamada transparência governamental.

maioria dos países era 50 anos, como é na França, 40... Aqui no Brasil sempre foi 30 [anos] para passar para o Arquivo Histórico. Era muito ligado, assim: “A informação só pode ser acessada quando estiver no Arquivo Histórico”. Isso nos Estados Unidos passou imediatamente para 15 anos [após o *Watergate*], é 15 anos para poder entrar no Arquivo Histórico. O documento tem que ficar esperando “tanto tempo” no Arquivo intermediário e o acesso ser praticamente quase instantâneo, a não ser aquelas exceções que são admitidas no mundo inteiro no [caso do] documento sigiloso [...]. Não existe documento sigiloso para sempre. Não pode existir, porque senão como que se vai saber, mesmo quando são questões ..., por exemplo, a construção da Bomba Atômica: se ele for sigiloso desde que o homem inventou, nunca tem Bomba Atômica, porque alguém vai ter que fazer a Bomba. Tem aquelas fases: primeira fase sigilosa, depois ele é reservado até que o documento pode ser ostensivo.⁵⁸

[00:42:58] A tendência política e ideológica no mundo inteiro, hoje em dia, é um acesso quase que instantâneo à informação governamental, desde que tenha a deliberação; desde que esteja diplomaticamente válido e assinado pela autoridade, as pessoas podem ter acesso. E isso, no Brasil cresceu muito, nos últimos anos, a importância disso, como cresceu no mundo. E o SAESP, ao contrário de outros Arquivos Estaduais que ainda estão pensando no caso... No Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, os Arquivos Públicos logo trataram de se incorporar, mesmo porque agora é Lei de Acesso, [...] é obrigatório. Mas mesmo que não fosse obrigatório, o SAESP sempre pensou nisso, num acesso cada vez mais rápido à informação.

[00:43:57] Agora, só pode dar acesso à informação, ... a informação é documento organizado. Porque o documento que ninguém sabe o que é, nem sabe o que quer dizer, nem sabe de quem é, como que vai dar acesso? [...] Por isso que o acesso à informação é muito ligado à questão arquivística, de uma boa organização arquivística. A importância da gestão ... e aí, claro, para dar acesso à informação tem que estar organizado; organizado é gestão documental. Quer dizer, o documento desde a produção já sai como se deve e depois já é classificado, de modo que ele possa ser facilmente acessado.

[00:44:38] A importância do SAESP hoje em dia é [maior] ainda, está politicamente no caminho certo, porque está servindo a essa causa da gestão e a causa do acesso à informação, portanto de um maior usufruto da democracia. [...] Para o futuro, para os próximos [anos] a gente vê um aperfeiçoamento do SAESP, [...] porque o Arquivo Público do Estado ... porque o SAESP não é uma coisa que se instalou, está instalado e até logo, não é uma instalação elétrica que você põe e vai embora, o técnico vai embora; [o SAESP] está sempre se aperfeiçoando, sempre cobrando e sempre procurando chegar às Secretarias, fazer com que realmente funcione.

[00:45:42] A importância que eu vejo para o futuro é cada vez mais o SAESP operando nisso que antigamente a gente chamava de Três Idades e agora os Australianos querem que chame de *Continuum*, porque eles pensam que estão inventando a roda, quando a única coisa é porque nesses países não existia uma conexão. É porque, é o raio das duas profissões que tem nos Estados Unidos: a profissão do *Archivist*, que trabalha com o Arquivo Histórico, e a profissão do *Record Manager*, que trabalha com o Arquivo Corrente. E você pega os livros que saem agora nos Estados Unidos, no Canadá, falam assim: “Precisamos mudar isso,

⁵⁸ No Brasil, a Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm) dá aos documentos em fase corrente e intermediária o mesmo status de acessibilidade concedido aos documentos de guarda permanente. Segundo a LAI, a classificação e os prazos de restrição de acesso para os documentos sigilosos são os seguintes:

[...] **Artigo 24** – A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º – Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no *caput*, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I – ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II – secreta: 15 (quinze) anos; e

III – reservada: 5 (cinco) anos. [...]

A LAI entrou em vigor 180 dias após sua publicação, em 16 de maio de 2012. Cabe aos estados e municípios publicarem sua própria regulamentação. Em São Paulo, a LAI foi regulamentada pelo Decreto Estadual n. 58.052, de 16 de maio de 2012 (ver em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58052-16.05.2012.html>). O papel do Arquivo Público do Estado foi fundamental tanto na elaboração desse decreto quanto na sua implementação. Ver Bernardes, 2015, p. 174-178.

profissional pode ser um só”. Falei: “Faça-me um favor, aqui no Brasil sempre foi um profissional só”. Eles falam: “Esse negócio de Três Idades, cada profissional cuida de uma idade”... Eles querem acabar com a Teoria das Três Idades, por causa desse profissional.

[00:46:38] [...] Quando o Professor Luiz Carlos Lopes chegou no Brasil,⁵⁹ falou assim: “Eu tenho uma novidade, agora existe a Integração, a Arquivística Integrada”. Eu falei assim: “Ô Luiz Carlos, que Arquivística Integrada (ele trouxe do Canadá), que Arquivística Integrada?” (Nos anos 90 o Canadá inventou a Arquivística Integrada...).⁶⁰ [...] O Esposel me convidou em [19]83 para dar um curso lá – o Esposel fez uma Especialização na UFF, justamente para essas pessoas que não eram formadas arquivistas e trabalhavam em arquivo. [...] Ele implantou essa Especialização e falou assim: “Heloísa, vem dar uma matéria chamada Integração Arquivística”. Eu falei: “Ô Luiz Carlos, eu já dei uma aula de Integração Arquivística há muito tempo, porque aqui no Brasil é o mesmo profissional.” E aqui é para fluir, porque o curso que eu dei de Integração Arquivística era isso: como é que você flui do Arquivo Corrente, para o Intermediário e o Histórico, essas três [fases]. Mas agora ficou moda, o mundo inteiro chamar o *Continuum*, e ainda falar em latim, o *Continuum* dos Arquivos, que na verdade são as Três Idades.

[00:47:47] Eu acho que o SAESP, atuando no *Continuum*, que é como os teóricos atuais querem que a gente fale, o SAESP é uma prova de que existe esse *Continuum* e que as Três Idades não são compartimentadas. E como [...] ele funciona perfeitamente – tanto que agora até o Protocolo, tudo, sendo sistematizado pela cabeça,⁶¹ pela ponta final – é realmente um *Continuum*, e desde a produção.

[00:48:28] Hoje em dia também os burocratas, quer dizer, o funcionário público que vai trabalhar na produção do documento – não “na produção” [significando] ele tirar da cabeça a ideia – mas ele vai construir o documento, seja de forma digital ou de forma tradicional, [o funcionário público] tem que estar ali, porque aquela autoridade que tem que fazer uma Portaria, ele não sabe como é que se faz Portaria, nem quanto tempo dura a Portaria ali no local ou depois para a frente.

[00:48:57] O SAESP vai estar sempre trazendo as fórmulas, trazendo as normas e trazendo a orientação para que esse *Continuum* aconteça da forma melhor possível. Melhor, isto é, melhor para a Administração, melhor para o cidadão que vem [buscar o] acesso à informação... Porque essa informação interna, das próprias autoridades, sempre foi mais fácil. O que não tinha era o acesso do cidadão ao que está se passando no Governo do Estado. Quanto mais o SAESP é aperfeiçoado nesse ciclo todo, todo mundo vai sair ganhando, quer dizer: a autoridade que produz o documento, o cidadão que frui da informação logo que ela é produzida para ver seus direitos e também seus deveres, até o historiador. Então eu vejo para a frente essa ... uma luz, assim, que o SAESP pode produzir tanto para Administração como para o cidadão ou para o historiador.

[MEP: Professora, chegamos ao final da nossa entrevista, gostaria de acrescentar algumas considerações finais?]

[00:50:13] As minhas considerações finais estão em torno disso. Que o SAESP, cada vez mais, sirva de modelo para outras estruturas, porque até para uma estrutura interna institucional, a maneira de funcionar [do] SAESP [...] pode servir de modelo, até para um Arquivo Institucional privado.

[00:50:47] [...] A questão do treinamento, isso também o SAESP tem que estar muito atento [...] ao tratamento documental. Por exemplo, os funcionários novos sempre têm que receber uma orientação, eles têm que receber um treinamento para que o Sistema não tenha defeitos, não emperre. Na verdade, é um

⁵⁹ O Professor Luiz Carlos Lopes (1951-2011), historiador, foi professor associado II da UFF. Experiente em Ciências da Informação (Arquivística) e Comunicação.

⁶⁰ Em sua brilhante conferência *Novas concepções do contexto arquivístico* (BELLOTTO, 2017, p. 42-50), ministrada em outubro de 2015 durante o XI Congresso de Arquivologia do Mercosul, Bellotto discutiu o modelo teórico do *Continuum*, que surgiu na década de 80 como alternativa à Teoria das Três Idades e ao Ciclo Vital dos Documentos, visando compreender como a metodologia e a prática cotidiana absorvem as mudanças teóricas.

⁶¹ O órgão central do SAESP é o Arquivo Público do Estado, a “cabeça”, como Bellotto chamou. O Arquivo Público do Estado normatiza tudo o que se refere a arquivos e gestão documental, dos Protocolos dos órgãos setoriais ao Arquivo Permanente.

esforço contínuo, quer dizer, nunca a gente vai dizer assim: “O SAESP está estabelecido, acabou, podemos lavar as mãos e ir embora”. [O SAESP ...] vai ter que ser sempre alimentado, e também recebendo o apoio do Estado, das Instituições, como foi o caso da FAPESP. Mas para acontecer isso também ele tem que estar funcionando e mostrando frutos. Para o seu próprio aprimoramento ele precisa estar sempre mostrando seus frutos. E eu acho que isso, evidentemente, se for por esse caminho, vai continuar.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Arquivos e Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP (1984-2014)*. Arquivo Público do Estado, 2015. 1 vídeo (1:16:26). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JmQHsfZ_1k. Acesso em: 15 jun. 2023

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo: órgãos da administração direta sediados na capital*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 1987, 209 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP*. Arquivo Público do Estado, 2023. 1 vídeo (0:52:12). Disponível em: https://youtu.be/WXL5Khu_xeA. Acesso em: 01 set. 2023

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2. ed. revista e ampliada, 1ª Reimpressão, 2019. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/1_reimpressao_da_2_edicao_-_plano_de_classificacao_e_tabela_de_temporalidade_de_documentos_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo_atividades_meio.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Política de gestão e preservação de documentos digitais*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/politica_de_gestao_e_preservacao_de_documentos_digitais.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo*. [organizado por Ieda Pimenta Bernardes, Camila Giovana Ribeiro e Maria Elisa Pereira]. 4ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2022. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/politica_publica_de_arquivos_e_gestao_documental_do_estado_de_sao_paulo_4_ed.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991, 198 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. As fronteiras da documentação. *Cadernos Fundap*, São Paulo, Ano 4, n. 8, p. 12-16, abr. 1984.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, 120 p. (Projeto Como Fazer, 8). Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/como_fazer_analise_diplomatica_e_analise_tipologica_de_documento_de_arquivo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Entre a História e a Arquivologia: entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto. *Epígrafe*, São Paulo, v.6, n.6, pp.359-385, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/153874/150278>. Acesso em: 18 jun. 2023

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Novas concepções do contexto arquivístico. *Arquivos, entre tradição e modernidade*, volume 1: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. Organização: Ana Célia Navarro de Andrade, Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2017 (Eventus, 1), p. 42-50. Disponível em: http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL.-1_e-book.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023

BERNARDES, Ieda Pimenta; PEREIRA, Maria Elisa. A atuação do Arquivo Público do Estado na implementação e na revisão da Lei de Arquivos. *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano VII, n. 13, p. 158-202, dezembro de 2021. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/13/pdf/Especial_BERNARDES_I_P_et_al_-_A_atuacao_do_Arquivo_Publico_do_Estado_na_implementacao_e_na_revisao_da_Lei_de_Arquivos.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. *Acervo*, Rio de Janeiro (Arquivo Nacional), v. 28, n. 2, p. 164-179, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667>. Acesso em: 15 jun. 2023

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental na trajetória do SAESP – Entrevista com Ieda Pimenta Bernardes (Vitrine). *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano II, n. 3, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/vitrine_04.php#inicio_artigo. Acesso em: 15 jun. 2023

BERNARDES, Ieda Pimenta. Os Arquivos e a construção da Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP (1984-2014). *Arquivos, entre tradição e modernidade*, volume 1: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. Organização: Ana Célia Navarro de Andrade, Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2017 (Eventus, 1), p. 201-214. Disponível em: http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL.-1_e-book.pdf. 15 jun. 2023

BRASIL. *Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978*. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 15 jun. 2023

BRASIL. *Lei n. 8.159, de 09 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 15 jun. 2023

BRASIL. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 15 jun. 2023

CINACCHI BUENO, Danilo André; RODRIGUES, Ana Célia. Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos: reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. *Acervo*, v. 34, n. 1, p. 85-108, 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1602>. Acesso em: 15 jun. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984*. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1984. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>. Acesso em: 14 jun. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 29.838, de 18 de abril de 1989*. Dispõe sobre a constituição de Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1989. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29838-18.04.1989.html>. Acesso em: 14 jun. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 48.897, de 27 de agosto de 2004*. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004^a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>. Acesso em: 14 jun. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 48.898, de 27 de agosto de 2004*. Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004^b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48898-27.08.2004.html>. Acesso em: 14 jun. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 54.276, de 27 de abril de 2009*. Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54276-27.04.2009.html>. Acesso em: 14 jun. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 58.052, de 16 de maio de 2012*. Regulamenta a Lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58052-16.05.2012.html>. Acesso em: 14 jun. 2023

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 63.382, de 09 de maio de 2018*. Substitui os anexos do Decreto n. 48.898, de 27 de agosto de 2004, que aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (SP), 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63382-09.05.2018.html>. Acesso em: 14 jun. 2023